



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
XIV Legislatura – 2.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO QUARENTA E CINCO

Aos 22 dias do mês de outubro de dois mil e vinte, pelas doze horas e trinta minutos, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, reuniu a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território (CAEOT), na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das Atas 43 e 44

2. Apreciação e votação do parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Lei n.º 60/XIV/2.ª (GOV)** – “Aprova as Grandes Opções para 2021-2023” - **Relator Deputado Bruno Coimbra (PSD)**
- **Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.ª (GOV)** – “Aprova o Orçamento do Estado para 2021” - **Relator Deputado Bruno Coimbra (PSD)**

3. Apreciação e votação do relatório elaborado nos termos e para efeitos previstos na alínea h) do n.º 3 do artigo 3.º e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, bem como no n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 10/2014 de 6 de março, referente à audição dos candidatos indigitados a Vogais do Conselho de Administração da ERSAR - **Relator Deputado Paulo Leitão (PSD)**

4. Apreciação da admissibilidade da Petição n.º 128/XIV/2 – Achigã (Micropterus Salmoides), uma espécie a proteger - Relator cabe ao GP PS

5. Distribuição da Proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL 2019 (PDIRGN 2019) – Período 2020-2029, para apreciação da Assembleia da República nos termos do n.º 9 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto.

6. Outros Assuntos

Presenças: José Maria Cardoso (BE); Paulo Leitão (PSD); Luis Graça (PS); Alexandre Quintanilha (PS); André Pinotes Batista (PS); Filipe Pacheco (PS); Hugo Pires (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Raquel Ferreira (PS); Ricardo Pinheiro (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Martins de Carvalho (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); João Gonçalves Pereira (CDS-PP); Nelson Basílio Silva (PAN); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc)

Suplentes: João Miguel Nicolau (PS);

Faltas: Alma Rivera (PCP);

O Senhor Presidente, **Deputado José Maria Cardoso (BE)**, deu início à reunião, submetendo as atas n.ºs 43 e 44 a apreciação e votação da Comissão, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

A reunião prosseguiu com o ponto dois da ordem do dia, relativo à apresentação dos pareceres sobre as **Propostas de Lei n.ºs 60/XIV/2.ª (GOV)** - "Aprova as Grandes Opções para 2021-2023" e **61/XIV/2.ª (GOV)** - "Aprova o Orçamento do Estado para 2021", tendo o relator, o Senhor **Deputado Bruno Coimbra (PSD)** feito a sua apresentação em conjunto. Centrou o foco de ambos os pareceres setoriais nas matérias da competência da Comissão do Ambiente, Energia e Ordenamento do Território.

Relativamente à **Proposta de Lei n.ºs 60/XIV/2.ª (GOV)** o relator partiu da agenda estratégica da transição climática e sustentabilidade dos recursos - uma das quatro agendas estratégicas que estão na base das opções de política económica que sustentam as opções orçamentais vertidas no orçamento de Estado para 2021 -, para salientar que, de acordo com a exposição de motivos da iniciativa, o Governo assume esta agenda estratégica como especialmente relevante e prioritária no desenho do Orçamento do Estado para 2021, dadas as vulnerabilidades nacionais associadas às alterações climáticas e à necessidade de cumprir os compromissos nacionais de redução da intensidade carbónica. Neste contexto, identificou opções de intervenção estratégica do Governo nas seguintes áreas: descarbonização e transição energética; transportes e mobilidade; transição para uma economia circular; ciclo urbano da água; adaptação às alterações climáticas; valorização do território através da paisagem; conservação da natureza e da biodiversidade e a sustentabilidade competitiva das florestas, que evidenciam uma forte aposta nas energias renováveis para uma transição energética, na alteração dos padrões de utilização dos transportes para promover uma mobilidade sustentável e em tornar o património natural nacional mais resiliente a fenómenos extremos.

Quanto à **Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.ª (GOV)** o relator, baseando-se no Relatório que acompanha a iniciativa, começou por destacar as grandes prioridades do Governo que suportam o Orçamento do Estado para 2021, que tal como o próprio refere, estão fortemente apoiadas no aumento do investimento público associado a projetos estruturantes, designadamente, na área da mobilidade sustentável.

De acordo com o mesmo relatório da Proposta de Lei, o relator sublinhou que o Governo aposta numa recuperação económica e social pós-pandemia em 2021 tendo como seu motor a acção climática. Neste sentido, o Governo assume pretender atuar para acelerar a adaptação da sociedade e do território para uma transição energética, uma mobilidade sustentável, uma economia circular, uma valorização do capital natural do território e das florestas, fomentando o investimento sustentável, a fiscalidade verde e a educação ambiental.

Para o efeito propõe medidas no âmbito da acção climática, transição energética, transportes e mobilidade urbana, recursos geológicos e mineiros, sustentabilidade ambiental, Litoral, conservação da natureza, bem como nas florestas e ordenamento do território.

Com o Orçamento do Estado para 2021, o Fundo Ambiental passará a integrar o Fundo para a Eficiência Energética, o Fundo Florestal Permanente, o Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético e o Fundo de Apoio à Inovação, tornando-se no instrumento central para o financiamento da acção climática enquanto eixo dinamizador da recuperação económica e social.

O relator prosseguiu a apresentação do parecer com uma análise factual do programa orçamental do ambiente e acção climática do ponto de vista das receitas e das despesas, salientou que para a área do ambiente, recursos naturais e gestão do território estão alocados um total de 4 206 milhões de euros correspondentes a 4% do total da despesa efetiva do orçamento e que haverá um aumento de 26,4% da despesa total consolidada face à estimativa apresentada para 2020 que se reflete em larga medida em investimentos estruturantes como no Transporte Ferroviário (medida 055).

Concluiu a apresentação dos pareceres dizendo que apreciadas as duas Propostas de Lei a Comissão é do parecer que as mesmas reúnem os requisitos constitucionais e regimentais para serem discutidas e votadas em Plenário da Assembleia da República, devendo os respetivos pareceres ser remetidos à Comissão de Orçamento e Finanças para efeitos de elaboração do respetivo Relatório Final, nos termos regimentais.

Os Senhores **Deputados Ricardo Pinheiro (PS), Nelson Peralta (BE) e Nelson Silva (PAN)** felicitaram o relator pelo elaboração dos pareceres, sublinhando o seu conteúdo estritamente factual, como é desejável, os quais mereceram a votação favorável da Comissão, por unanimidade.

No **ponto três** da ordem de trabalhos o Senhor **Deputado Paulo Leitão (PSD)** fez a apresentação do seu **relatório** respeitante à audição da Professora Doutora Vera Cordeiro Pereira de Sousa Eiró Diniz Vieira e do Dr. Joaquim Manuel Faria Barreiros, candidatos indigitados a Vogais do Conselho de Administração da ERSAR, nos termos e para efeitos previstos na alínea h) do n.º 3 do artigo 3.º e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, bem como no n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 10/2014 de 6 de março.

Referiu que o relatório distribuído já acolhe as sugestões previamente avançadas por alguns membros da Comissão, que agradeceu. Explicitou que o relatório ambicionava ser factual, conciso e centrado no discurso dos candidatos indigitados, pelo que foi estruturado com enfoque nas respostas dadas pelos candidatos à questões colocadas pelos Deputados.

Submetido à apreciação da Comissão, os Senhores **Deputados Ricardo Pinheiro (PS), Nelson Peralta (BE) e Nelson Silva (PAN)** agradeceram a celeridade com que o relatório foi elaborado e confirmaram que o mesmo espelha bem o que aconteceu durante a audição. Ao que o que o Senhor **Deputado Nelson Silva (PAN)**

acrescentou que, tal como havia manifestado durante a audição, o GP PAN considera existir um evidente conflito de interesses entre o percurso profissional recente da Professora Dr.^a Vera Eiró Vera e o cargo para o qual é indigitada que vai ao arrepio de valores éticos e morais defendidos pelo PAN, pelo que o seu Grupo Parlamentar votava contra o relatório, votação que justificaria mediante a apresentação de uma declaração de voto escrita que pediu que ficasse em anexo ao relatório e a fazer parte integrante do mesmo.

O relatório foi submetido a votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos a favor do PS, PSD, BE, PEV e NINSC JKM e o voto contra do PAN, registando-se a ausência do PCP e do CDS-PP.

Seguidamente a Comissão procedeu à apreciação da *Petição n.º 128/XIV – Achigã (Micropterus Salmoides), uma espécie a proteger* e da nota de admissibilidade elaborada pelos serviços que propunha a sua admissão, tendo deliberado, por unanimidade, admiti-la. A **Senhora Deputada Raquel Ferreira (PS)** foi nomeada relatora, da petição.

No **ponto cinco** da ordem do dia procedeu - se à distribuição da Proposta de Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL 2019 (PDIRGN 2019) – Período 2020-2029, tendo o GP do PS indicado o Senhor **Deputado José Manuel Carpinteira** como relator do parecer.

No **ponto dos outros assuntos**, o Senhor Presidente colocou à consideração da Comissão um pedido de audiência efetuado pela proteção – Movimento Pelo Tejo, com o objetivo de apresentar à Comissão um “Manifesto em defesa dos ativistas ambientais”, tendo sido deliberado ouvir a entidade em sede do GT- Audiências.

Por fim o Senhor Presidente da Comissão solicitou ao Senhor **Deputado Hugo Manuel de Carvalho (PSD)**, enquanto membro da EUFORES a quem aquela organização dirigiu pessoalmente o convite para realizar um *Workshop* sobre Energias Renováveis no Parlamento Português, para contextualizar a Comissão sobre o pedido formulado na medida em que o Senhor Secretário -Geral da Assembleia da República solicitava à 11.^a Comissão que se pronunciasse sobre o interesse da Assembleia da República, através da Comissão, em se associar à organização desta reunião.

Após o enquadramento do pedido pelo senhor Deputado Hugo Manuel de Carvalho (PSD), a Comissão pronunciou-se no sentido de nada ter a opor à realização do “Workshop on Renewable Energies no Parlamento Português” nos termos propostos na NOTA DE SERVIÇO INTERNO N.º 17 DAC/2020, nomeadamente, com recurso ao uso do logotipo da AR para o material promocional, apoio logístico às sessões que decorrerão no Parlamento, funcionários e espaços do Palácio.

Mais deliberou apoiar o Senhor Deputado Hugo Manuel de Carvalho (PSD) com a organização do evento, prestando-lhe a colaboração necessária (oradores, apoio técnico, etc). Finalmente manifestou, preferência pela realização do evento integralmente em formato online/videoconferência, tendo em consideração as regras de contingência em vigor na Assembleia da República.



Nada mais havendo para tratar, o Senhor Presidente deu por finda a reunião, que foi gravada em áudio, que aqui se dá por integralmente reproduzido e a fazer parte integrante desta ata.

http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_2020_1022_1_VC.mp3

A reunião foi encerrada pelas 13 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O Presidente da Comissão,

CA

José Maria Cardoso

